

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. DE 2017 (Do Sr. André Figueiredo)

Acrescenta o §6º ao art. 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para dispor sobre as eleições das Comissões Permanentes e duração do mandato de seus membros.

A **CÂMARA DOS DEPUTADOS** resolve:

Art. 1º O artigo 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido do seguinte §6º:

Art. 39.

§6º Durante a legislatura, os trabalhos das Comissões Permanentes se encerrarão com a publicação do Ato Convocatório das próximas eleições previsto no §2º do art. 28, o que determinará o fim do mandato do colegiado precedente.

.....
.....

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Pela atual inteligência do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os líderes partidários possuem o prazo de 5 sessões, a partir do primeiro dia da sessão legislativa, para indicarem os integrantes – titulares e suplentes – das comissões permanentes. Definida a composição dos órgãos técnicos, o Presidente convoca, dentro do prazo de 5 sessões, os membros para as respectivas eleições dos presidentes e vice-presidentes.

Como se percebe, o início das atividades dos colegiados permanentes somente ocorre após o ato convocatório, um tanto quanto discricionário e mesmo desarrazoado, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Note-se que a regra insculpida no inciso II do art. 24 do Regimento Interno é a da conclusividade dos projetos de lei, ou seja, a grande maioria dessas proposições devem tramitar somente pelos órgãos técnicos afetos ao tema demandado. Ao se desagregar o colegiado ao final da sessão legislativa e não o reconstituir logo no início da próxima sessão, gera-se a interrupção desnecessária dos trabalhos das comissões permanentes.

Cabe também citar que outros importantes colegiados – como a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – possuem regramento que assegura seu funcionamento ininterrupto, dando mais celeridade, estabilidade e eficiência aos trabalhos, senão vejamos:

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2006-CN

Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.

(...)

Seção III
Da Composição e Instalação

(...)

Art. 10. A **instalação da CMO e a eleição** da respectiva Mesa **ocorrerão até a última terça-feira do mês de março** de cada ano, **data em que se encerra o mandato dos membros da comissão anterior.**

Portanto, o que se almeja com o presente Projeto de Resolução é conferir maior dinâmica e efetividade aos trabalhos das comissões permanentes, assegurando que os colegiados não tenham suas atividades interrompidas causando maiores prejuízos às atividades das comissões e para o processo legislativo.

Salas das comissões, ____ de _____ de 2017.

Deputado André Figueiredo
PDT/CE